

**Reunião ordinária****Data: 2022-03-21****Início: 09.33 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 11.23 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado
	Luís António Antunes Francisco
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

O Sr. Vereador Tiago Manuel Henriques Carrão justificou a falta à reunião e solicitou a sua substituição, ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, tendo sido substituído por Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado, a cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata.

A Sra. Presidente participou na reunião a partir das nove horas e quarenta e um minutos, por se encontrar num briefing sobre a operação Ucrânia.

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 7 DE MARÇO****BALANCETE****PROPOSTAS:****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:**

N.º 01 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOMAR (SÃO JOÃO BAPTISTA) E SANTA MARIA DOS OLIVAIS PARA O ANO DE 2022 (13/PPRC/PR/2022)

N.º 02 – CEDÊNCIA DE VIATURA - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (1773/ENTE/DAJA/2022 - 15/DIVER/PR/2013)

**INFORMAÇÕES: -----****INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----****N.º 03 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (16/PPRC/PR/2022)-----****DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----****N.º 04 – UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO – isenção de tarifas (479/ENTE/DAJA/2022 - 1/AUTLIC/DAJA/2022) -----****N.º 05 - EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – trabalhos complementares (253/EMPR/DOM/2021)--****DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----****N.º 06 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Sporting Clube de Tomar (958/ENTE/DAJA/2022 - 1/APOIOS/DADJ/2019)-----****DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----****N.º 07 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas (1454/ENTE/DAJA/2022 - 1/RUIDO/DAJA/2022) -----****N.º 08 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas (1686/ENTE/DAJA/2022 - 1/RUIDO/DAJA/2022) -----****N.º 09 – LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – isenção de taxas (1516/ENTE/DAJA/2022 - 1/AUTLIC/DAJA/2022)-----****N.º 10 – CEDÊNCIA DO ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR DE LINHACEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE ASSEICEIRA (2/PPRC/VHC/2022 – 2/DESP/DF/2022) -----****DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----****N.º 11 - CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL (2/EVAT/DEISA/2022)-----****N.º 12 – PROTOCOLO DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (6/ESPP/DEISA/2022 - 1/PROJPAR/DEISA/2022)-----****N.º 13 – REQUALIFICAÇÃO E ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS (3/ESPP/DEISA/2022) -----****N.º 14 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (5/ESPP/DEISA/2022)-----****N.º 15 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – SUBSÍDIOS EXTRAORDINÁRIOS – ANO LETIVO 2021/2022 - 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA (4/PPRC/DEISA/2022 - 1/PROGAPED/UISE/2018)-----**



- N.º 16 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NO ANO LETIVO 2021/2022 (2/ESPP/DEISA/2022 - 1/ASESC/UISE/2018) -----**
- N.º 17 – ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ACESSO À HABITAÇÃO DE TOMAR – início de procedimento (3/PPRC/DEISA/2022 - 1/HABSOC/DEISA/2020) -----**
- N.º 18 – PREÇO DO BILHETE DE INGRESSO NO ESPETÁCULO "MAIS ALTO!" (6002/ENTE/DAJA/2021) -----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----**
- N.º 19 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Maria de Fátima Alves dos Santos (62/ECER/DGT/2022 - 50/EDIF/DGT/2022) -----**
- N.º 20 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – estacionamento (87/JUEL/DGT/2022 - 536/EDIF/DGT/2020) -----**
- N.º 21 – EMISSÃO DE CERTIDÃO – isenção de taxas (5/EDEC/DGT/2022 - 151/DIVER/DGT/2022) -----**
- N.º 22 – EMISSÃO DE CERTIDÃO – isenção de taxas (6/EDEC/DGT/2022 - 152/DIVER/DGT/2022) -----**
- N.º 23 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO SEGUNDO ANDAR ESQUERDO DO PRÉDIO SITO NA RUA DA NABÂNCIA, N.º 9 – Maria Lucília Simões Luís Machado (92/ECER/DGT/2022 - 149/DIVER/DGT/2022) -----**
- DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA: -----**
- N.º 24 – DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL (32/PGEN/DTC/2022 - 14/DIVER/DTC/2016) -----**
- N.º 25 – DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL (33/PGEN/DTC/2022 - 14/DIVER/DTC/2016) -----**
- N.º 26 – APOIO AO EVENTO WELLNESS WEEKEND - TEMPO DE RENOVAR (70/ENTE/DAJA/2022 - 14/ENTEXT/PR/2013) -----**
- DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL: -----**
- N.º 27 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SABACHEIRA – António da Silva Henriques (1284/ENTE/DAJA/2022) -----**
- N.º 28 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SABACHEIRA – António da Silva Henriques (1273/ENTE/DAJA/2022) -----**
- N.º 29 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SABACHEIRA – António da Silva Henriques (1285/ENTE/DAJA/2022) -----**
- N.º 30 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DO CRACHÁ DE OURO DA LIGA DOS BOMBEIROS**



PORTUGUESES (131/PGEN/DPC/2022) -----

N.º 31 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE SERVIÇOS DISTINTOS DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES, GRAU PRATA (129/PGEN/DPC/2022)-----

N.º 32 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE DEDICAÇÃO E ALTRUÍSMO DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES (130/PGEN/DPC/2022)-----

N.º 33 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA QUADRO DE HONRA DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES (132/PGEN/DPC/2022) -----

N.º 34 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE ASSIDUIDADE DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES, GRAU OURO, 1 E 2 ESTRELAS (128/PGEN/DPC/2022) -----

Sendo nove horas e trinta e três minutos, o Sr. Vice-Presidente declarou aberta a reunião e deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

O Sr. Vereador Hélder Henriques deu nota que, no mês de fevereiro, foram emitidos trinta passes a antigos combatentes, para circular nos Transportes Urbanos de Tomar, totalizando as isenções duzentos e cinquenta e oito euros. Informou que o Gabinete Médico Veterinário está preparado para receber os animais de companhia que os(as) cidadãos(ãs) ucranianos(as) trouxeram consigo e prestar os cuidados que necessitem, incluindo a administração da vacinação antirrábica e a conversão dos microchips em português, cujos encargos são suportados pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota da participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, entre os dias dezasseis e vinte de março, nos stands das entidades cujas direções o Município integra, designadamente a Federação Portuguesa do Caminho de Santiago – com promoção do caminho de Tomar e de todo o património associado, incluindo os albergues da Asseiceira e de Casais, degustação de doçaria tomarense e prova do Segredo do Vigário; a Associação de Municípios Portugueses do Vinho – com mostra e prova de vinhos de Tomar, contando com a presença dos produtores Herdade dos Templários e Adega do Gaveto; e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, inserida no Turismo do Centro de Portugal - com promoção do património e da gastronomia do concelho, de forma mais genérica, e dos eventos que irão ter lugar este ano, com destaque para a Festa Templária; contou com a presença da Thomar Honoris, que apresentou uma demonstração de danças medievais e dos cavaleiros templários. Informou que, nos dias vinte seis e vinte sete de março, decorrerá na Mata dos Sete Montes, o evento Wellness Weekend, organizado em parceria com a ADIRN e com um grupo de cidadãos, para promover o turismo de bem-estar, um novo conceito muito em voga no país e no mundo,



que acreditam poder ser uma mais valia para o território. -----

O Sr. Vice-Presidente deu nota que a RSTJ, em parceria com o Município, vai desenvolver um projeto piloto de recolha seletiva de resíduos porta a porta que, numa primeira fase, pretende atingir mil e duzentas habitações, na parte nordeste da cidade, entre a estrada nacional cento e dez e a zona do Alvito, e até à alameda Um de Março, iniciando-se hoje os contatos com os agregados com vista à eventual adesão; pretende-se que se possa estender a outras áreas dado que esta forma de atuação é ambientalmente mais sustentável, mais cómoda para os cidadãos e, depois de implementada, economicamente mais interessante. Informou que, hoje, três crianças ucranianas iniciaram atividades letivas nas escolas de Tomar.-----

Nesta altura, a Sra. Presidente passou a participar da reunião e assumiu a direção dos trabalhos.-----

A Sra. Presidente apresentou o ponto da situação da operação Ucrânia dando nota de que estão no concelho sessenta e seis cidadãos(ãs) ucranianos(as), essencialmente mulheres, crianças e adolescentes, incluindo onze que vão chegar hoje, e se aguarda a chegada de mais seis, até final da semana. Referiu que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo enviou três autocarros à Polónia para retirar refugiados, os quais foram distribuídos pelos treze concelhos, estando a ser avaliada a eventual necessidade de enviar mais transporte, para além de que, em articulação com o Alto Comissariado para as Migrações, têm estado a assegurar a retirada de cidadãos(ãs) instalados em centros de acolhimento em Lisboa. Informou que, nesta fase, já não há necessidade de recolha de bens, sobretudo vestuário, porque não estão a conseguir escoar para a Polónia; de acordo com a informação que existe, a Ucrânia precisa de medicamentos (paracetamol e ibuprofeno), soro fisiológico, toalhetes e fraldas para crianças, e estão a tentar levar um camião com esse tipo de bens, quando a cidade ucraniana com quem tem havido contacto os puder recolher na fronteira. Adiantou que, na semana passada, as crianças já estiveram na(s) escola(s) para onde vão e não pode deixar de manifestar a sua tristeza por terem sido sistematicamente questionadas sobre a situação e sobre o que viram, não por parte das crianças, porque essas conseguem comunicar, mesmo que falem línguas diferentes. Disse que é preciso haver bom senso e que espera que Tomar e os tomarenses, que tiveram uma onda de solidariedade imensa para com estas pessoas, as saibam acolher e perceber que estão traumatizadas.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou se não foi feita a promoção da Festa dos Tabuleiros na Bolsa de Turismo de Lisboa tendo em conta que é desejável que, sempre que



possível, a divulgação e promoção dos eventos ocorra com alguma antecedência. Abordando o projeto Transporte a Pedido, que está implementado em Tomar, desde dois mil e dezasseis, e nos restantes municípios do Médio Tejo, referiu que, numa primeira fase, terá sido financiado por fundos europeus, mas, neste momento, os custos estarão repartidos pela Comunidade Intermunicipal e pelos municípios onde se executa; é um projeto que visa a mobilidade e a inclusão social, e é amigo do meio ambiente, mas, em Tomar, a sua aplicação nas nove das onze freguesias, ocorre de forma distinta, havendo freguesias onde apenas se pode utilizar às segundas e sextas feiras, outras às quartas e sextas feiras, noutras todos os dias úteis; na freguesia de São Pedro de Tomar, por exemplo, uma pessoa que queira vir a Tomar, para tratar de assuntos ou adquirir produtos que não estão disponíveis na sua área de residência, terá que sair a partir das nove horas, e regressar pelas onze horas e trinta minutos, o que é manifestamente insuficiente, até porque os utilizadores são pessoas com alguma idade, e deslocam-se com maior dificuldade; nas restantes freguesias, esse horário varia entre as doze horas e as treze horas e trinta minutos. Defendeu que é desejável que as freguesias possam ter mais oferta de utilização, em termos de dias e horários, tendo em conta os objetivos do programa, e também que poderá constituir um apoio às populações face ao aumento do preço dos combustíveis. Solicitou a disponibilização de um relatório da execução do Transporte a Pedido no Concelho de Tomar, desde dois mil e dezasseis, por freguesia, com os valores totais dos custos e encargos para a Comunidade Intermunicipal de Tomar e para o Município de Tomar, para terem a noção de quantas pessoas utilizam este transporte, ou se não utilizam e porquê. -----

Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que o Município tem marcado presença nas edições da Bolsa de Turismo de Lisboa de várias formas, dependendo da estratégia que tem para cada ano; este ano, estão a retomar tudo aquilo que, durante dois anos, ficou interrompido devido à pandemia, e foi considerado importante reforçar a promoção dos eventos que estão programados para o corrente ano, sendo certo que a Festa dos Tabuleiros faz parte dos folhetos informativos que são disponibilizados e as imagens ilustrativas desse evento estão sempre patentes nas várias ações promocionais. Referiu que a Festa dos Tabuleiros é a grande marca de Tomar e nunca fica esquecida, mas não é o Município que decide sobre a sua realização; será o povo a decidir se há festa em dois mil e vinte e três e entendem que não se devem antecipar às decisões da comunidade tomarense, que, entretanto, há-se ser chamada a decidir. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que o Transporte a Pedido é uma solução flexível de



transporte cujos circuitos e horários foram articulados com os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia que podem, a qualquer momento, propor as adaptações que considerarem adequadas à satisfação das necessidades dos utilizadores. Salientou que a utilização deste transporte é maior numas freguesias e menor noutras, até porque, nalguns casos, os Presidentes de Junta não divulgaram esta solução, mas há disponibilidade para repensar e ajustar trajetos e horários. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco recordou que, na última reunião, respondendo à questão que colocou sobre o parque de campismo, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu estar prevista a construção de um parque urbano, ou parque da cidade, em continuidade da zona do Estádio Municipal, utilizando a zona do dito parque, até ao Açude de Pedra, o que também se confirma em termos de Plano Diretor Municipal, e gostariam de ver clarificadas algumas questões, nomeadamente que avanços tem havido nos planos/projetos para esta zona, que estudos existem e que fundos se preveem utilizar para financiar o investimento a efetuar, e também, relativamente ao espaço da antiga Fábrica de Fiação, que sabem ser privado, mas pode ser um excelente espaço a usufruir e a explorar ao serviço da comunidade, o que é que a Câmara Municipal tem trabalhado tendo em vista esta hipótese, qual é o ponto da situação e o que é que se pode perspetivar em termos de futuro. Relativamente ao Estádio Municipal, disse que, desde que se fizeram as obras financiadas pelo Programa Polis, sempre se percebeu que as obras ficaram incompletas, com pendentes, ou à espera de alternativas, e importa saber o que é que está projetado para este espaço, a curto, médio e longo prazo, que permita melhorar as condições da prática desportiva que ali se realiza. Em relação à hipótese de construção de instalações desportivas na zona da atual Escola Gualdim Pais de que se tem ouvido falar, perguntou o que é que está previsto e se pode saber, e, também, qual é o futuro da Escola Gualdim Pais, que tipo de escola ou de instalações estão previstas para o seu atual espaço, para quando se podem esperar as necessárias obras de manutenção e modernização, que tanto urgem, e quais são as linhas gerais do respetivo projeto, e, ainda, que montantes vieram, ou virão, do Ministério para essas obras, com a concretização da respetiva transferência para a Câmara de Tomar, e como é que isso se enquadra com a hipótese de ali vir a haver novas instalações desportivas ao serviço da comunidade.-----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que estes assuntos têm sido aqui abordados, também no atual mandato, nalguns casos até com bastante concretização. Disse que o que se pode perspetivar para a zona do antigo parque de campismo é o que está definido no Plano de Pormenor do Açude de Pedra que, mal ou bem, define a estratégia



municipal para uma área bastante abrangente, que é em grande medida zona de leito de cheia e de Rede Ecológica Nacional; em termos de edificação, por exemplo, poderá acontecer na zona da antiga Fábrica de Fiação, e pouco mais; na zona junto ao Açude de Pedra está previsto um equipamento turístico, na lógica do parque de campismo; tentaram muito junto do privado e, se houvesse vontade, o município cá estaria, como esteve, para tentar ajudar e para trabalhar; ao longo destes anos, em particular no mandato anterior, houve um conjunto de reuniões com quem se apresentava como proprietário dos terrenos da antiga Fábrica de Fiação, com a participação de técnicos de ambas as partes, mas, numa fase mais final do mandato, perceberam que, se calhar, havia ainda algumas questões dúbias em relação à propriedade e, em termos oficiais, continuam sem respostas; é o privado que poderá dar andamento à execução do plano e, aparentemente, estará tudo numa massa insolvente, o que torna muito difícil ter sequer um interlocutor; o município poderia avançar se tivesse muitos milhões para fazer expropriações e interesse nisso, mas, em sua opinião, não haverá interesse até porque há outras zonas da cidade a que têm estado a dar prioridade, como é o caso da abrangida pelo Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, que também abrange o rio. Referiu que, como está, o Estádio Municipal não dá resposta às exigências e à muita utilização por parte da comunidade, apesar das melhorias que fizeram, nomeadamente nos balneários, que estavam bastante deficitários, e da criação do novo sintético no Instituto Politécnico de Tomar, que libertou da prática do râguebi; falta a obra de fundo e está a ser trabalhado um projeto para melhorar a questão das bancadas, aumentar a capacidade dos balneários, prever espaços complementares, como o posto médico e zona para a prática de complemento físico para os clubes, extensivo à comunidade, e, ainda, uma zona social para as duas associações que utilizam aquelas instalações desportivas; é uma obra ambiciosa que, ao preço atual dos materiais, poderá chegar aos três milhões de euros e têm que encontrar financiamento. Disse que, na fase inicial, para perceberem quais eram as valências que eram necessárias, trabalharam com estas associações, e com uma outra que utiliza uma zona contígua ao Estádio, que também pretendem ampliar, para melhorar as condições para a prática da canoagem. No que se refere à Escola Gualdim Pais, reiterou que está em curso um projeto para as instalações escolares e para o sintético que se pretende implementar no terreiro onde atualmente está o campo de jogos – perante a necessidade de haver outro sintético e tendo em conta que o local ideal seria uma das escolas da cidade, na lógica de poder ser utilizado pela comunidade educativa e, à noite e ao fim de semana, pela comunidade em geral, aquela era a que reunia melhores condições para o efeito, também por questões de acessibilidade, e



outras complementares -, sendo certo que, na fase de execução, obra do sintético será autónoma, para poder ser mais célere e porque há, por parte do Ministério da Educação, promessa de financiamento da parte restante, até porque a escola está assinalada no âmbito das prioridades nacionais. Sobre o que se pretende para a Escola Gualdim Pais, referiu que, como vêm dizendo ao longo dos oito anos anteriores, a estratégia foi sempre tentar salvar o mais possível a utilização das grandes escolas da cidade; ainda há necessidade de adequação do parque escolar, nomeadamente na cidade, desde logo à realidade do número de alunos e à perspectiva de evolução para os próximos anos, a exemplo do que aconteceu quando se operou a transferência das turmas da antiga escola Infante Dom Henrique para a atual Escola Básica Integrada Santa Iria, também na lógica de aproveitar uma escola grande com boas condições e poucos alunos; apesar de poderem precisar de reabilitação, as escolas grandes são necessárias e é mais fácil, em termos urbanísticos e financeiros, requalificar e reconverter o uso das escolas mais pequenas que não forem necessárias.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu a propósito que o Sr. Vereador fala continuamente em opções, decisões e análises, mas o que não se conhece é quem optou, quem decidiu e onde se discutem a(s) solução(ões); para estas questões, o Conselho Municipal de Educação seria um bom fórum de discussão e análise, pelo que pergunta se foram lá abordadas e discutidas; por outro lado, estando a decorrer o procedimento de revisão da Carta Educativa, desconhecem o que está feito, porque só tiveram acesso a um questionário; sabem que foi apresentado naquele órgão um power point relativo ao levantamento da situação existente, mas não foram apresentadas propostas concretas ou fundamentadas para essas decisões que são referidas; acresce que se ignora se tudo isto foi articulado com os dois agrupamentos de escolas, se os seus responsáveis e decisores foram ouvidos e, também, se foi estudada a colocação do sintético na Escola Gualdim Pais em termos de tráfego, de estacionamento e de ruído, entre outras condicionantes.-----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que não sabe se se discutem as competências ou as decisões em si, mas a decisão compete à Câmara Municipal e o Conselho Municipal de Educação - que, em Tomar tem uma composição muito abrangente -, é uma instância de consulta, que dá pareceres ao órgão que decide; dentro das possibilidades, os assuntos têm sido discutidos sempre que há necessidade de tomar decisões, sendo certo que, se estiverem à espera da decisão perfeita, e unânime, ela nunca vai acontecer e nunca tomarão decisão nenhuma, e não foi essa a atitude nos dois mandatos anteriores, até por perceberem que todas estas coisas demoram imenso tempo e que podem passar vários anos



entre a decisão do caminho para onde querem ir e a concretização de uma obra, e que não podem estar sempre à espera da decisão perfeita, nem estar sempre a discutir tudo novamente e a voltar ao zero; a questão da defesa das grandes escolas vem pelo menos desde o seu primeiro mandato neste executivo e foi a estratégia que foi seguida, até em face de algumas questões muito concretas que, na época, foram mais ou menos públicas. Recordou que, nessa altura, o Ministério da Educação tentou, várias vezes, fechar a Escola Gualdim Pais, chegando mesmo a informar que ela não reabriria, o que só não aconteceu devido à ação da Câmara, e é isso que têm tentado que não aconteça, por questões escolares e também urbanísticas, antevendo o que seria uma escola daquelas, no meio da cidade, fechada e abandonada durante anos, como aconteceu noutras cidades, e o que é que isso poderia provocar. Saliu que nenhuma decisão é definitiva, muito menos na área da educação, e que mesmo a carta educativa, que hoje não tem o valor legal que tinha quando foi criada, e deixou de ser obrigatória para apresentar candidaturas para financiamento de obras escolares, tem uma abrangência de dez anos; as decisões têm sido tomadas, ouvindo e conversando, regularmente, com as Direções e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas, conscientes de que, muitas vezes, a operacionalização só vai acontecer muito tempo depois; não se pode estar sempre de acordo com todos, nomeadamente na área da educação, onde há sempre muitas e muitas opiniões, e todos se acham devidamente dotados de melhor opinião sobre cada assunto. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia sete de março de dois mil e vinte e dois, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, por não ter estado presente na respetiva reunião, a Sra. Vereadora Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado não participou na aprovação da ata. -----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:
BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia dezoito de março de dois mil e vinte e dois, o qual acusa os seguintes saldos: seis milhões, novecentos e sessenta mil, oitocentos e oito euros e cinquenta e dois cêntimos (6.960.808,52€) em Operações Orçamentais, e duzentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e dois euros e trinta e sete cêntimos (250.732,37€) em



Operações Não Orçamentais. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOMAR (SÃO JOÃO BAPTISTA) E SANTA MARIA DOS OLIVAIS PARA O ANO DE 2022 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do contrato interadministrativo a celebrar com a Junta da União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, para realização no corrente ano de atividades de pavimentação diversas, nomeadamente nas ruas Ramos Horta, Mira Castelo, do Cabeço, da Paz, António da Cruz e Caminho da Água das Maias, na travessa José Júlio Silva e na estrada Antiga Alto do Piolhinho, bem como intervenção em valetas, nomeadamente na rua do Pinheirinho e na estrada Antiga Alto Piolhinho, nos termos e fundamentos apresentados. ---

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do contrato interadministrativo nos seus exatos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que as obras a executar se encontrarem identificadas na cláusula terceira do contrato, mas o anexo continua a ser o do ano assado. -----

A Sra. Presidente esclareceu que o processo é digital e não pode haver eliminação de documentos, pelo que consta do mesmo o anexo que foi presente à reunião de sete de março e o anexo que deve ser considerado.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes salientou que poderia ter sido substituída a minuta do contrato a celebrar.-----

A Sra. Presidente referiu que a minuta do contrato não sofreu qualquer alteração.-----

N.º 02 – CEDÊNCIA DE VIATURA - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de viatura à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no dia 17 de março, para transporte de jornalistas à Bolsa de Turismo de Lisboa, com o custo estimado de 138,12€ (cento e trinta e oito euros e doze cêntimos), incluindo portagens. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 848/PR/2022, de 16 de março, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Ana Calado referiu que se utiliza de forma generalizada, nesta reunião também, o instrumento da ratificação do ato administrativo e gostaria de questionar porquê tendo em conta que está previsto para circunstâncias excecionais, e motivos de urgência, e deveria ser usado de forma ponderada.-----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que o pedido de cedência, e a própria deslocação, aconteceram entre reuniões.-----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 03 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em março pela Sra. Presidente, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 20 de outubro de 2021.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu-se à quarta alteração ao orçamento para o corrente ano, questionando porque é que a dotação para eficiência energética do Complexo Desportivo Municipal, que era de trezentos mil euros, foi reduzida em cem mil euros, se não vai acontecer da forma prevista ou se vai ficar mais barato; o que está na base do reforço da dotação para requalificação do Largo de Cem Soldos com mais de cem mil euros; porque é reforçado o valor para aquisição de imóveis, e a que se deve o reforço em cento e oitenta e nove mil euros da rubrica referente às obras de conservação na Igreja de São João Baptista. -----

Em resposta, a Sra. Presidente informou que a consulta prévia ao mercado no âmbito do projeto de eficiência energética do Complexo Desportivo aponta para preços mais baixos; que se pretende aumentar o preço base do procedimento de contratação da empreitada de requalificação do Largo de Cem Soldos, tendo em conta que o primeiro ficou deserto; que, depois de terem adquirido, para demolição, os prédios da ARTOM e do Bloco de Representações, chegaram a acordo com os proprietários de outras ruínas sitas na zona do Flecheiro; e que o reforço da dotação da obra da Igreja de São João Baptista decorre de uma empreitada autónoma para reabilitação do altar mor e dos retábulos, que se detetou estarem em muito mau estado e não faria sentido deixar por reabilitar. -----

No que se refere ao Flecheiro e às aquisições que estão a ser feitas pela Câmara para que a



zona tenha outra visibilidade, **a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu que uma das justificações apresentadas para a suspensão do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado foi a questão do investimento privado e da instalação da Air Liquide, que se sabe já ter adquirido um edifício fora daquela área, e gostaria de saber como é que tudo isso se encaixa nos pressupostos do instrumento de gestão territorial que, agora, já não será para o investimento privado. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que os imóveis que a Câmara está a adquirir visam a execução do projeto de requalificação da margem direita do rio Nabão, em fase de revisão, e que se mantêm os pressupostos da revisão do plano de pormenor.-----

Em complemento, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que a suspensão do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado não aconteceu por via do investimento que foi identificado, apesar de quase ter coincido, e teria que acontecer devido às obras que o Município pretende levar a efeito. -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 04 – UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO – isenção de tarifas -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal a isenção das tarifas de estacionamento de trinta viaturas no Parque de Estacionamento de duração limitada no Terreiro Dom Gualdim Pais e na Ermida da Nossa Senhora da Conceição, no dia 19 de março, pelo período de duas horas, no valor de 48,00€ (quarenta e oito euros), no âmbito do passeio turístico e cultural "Descobrir Tomar", promovido pelo Clube de Aventura e Todo o Terreno Turístico, nos termos e fundamentos da informação n.º 1945/2022 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 700/PR/2022, de 3 de março, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Ana Calado referiu o uso continuado da figura da ratificação do ato administrativo realçando que, independentemente da substância, estão perante um pedido formulado no dia dezanove de janeiro, para uma atividade que teve lugar dois meses depois. Sugeriu a revisão dos procedimentos para que se possa melhorar e passar a utilizar este instrumento de forma muito mais ponderada. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que a data que releva é aquela em que o pedido lhe



foi submetido e teve que decidir, sendo certo que, previamente, teve que decorrer o procedimento para emissão da licença. -----

Em complemento, o Sr. Vereador Hélder Henriques referiu que a ordem do dia foi enviada no dia dois e a informação relativa ao pedido de utilização dos lugares de estacionamento tarifado foi-lhe remetida no dia quatro, pelo que, se a Sra. Presidente não tivesse autorizado, os participantes teriam que ter pago as tarifas, sob pena de poderem ser penalizados pelo uso abusivo do espaço. -----

N.º 05 - EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – trabalhos complementares -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal listagem dos trabalhos para suprimento de erros e omissões na obra de recuperação/requalificação da Igreja de S. João Baptista (1.ª fase), no valor global de 24.164,52€ (vinte e quatro mil, cento e sessenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 8728/2021 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação e respetivos anexos, deliberou aprovar os trabalhos para suprimento de erros e omissões na obra de recuperação/requalificação da Igreja de S. João Baptista (1.ª fase). -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou se a candidatura a financiamento já se encontra aprovada. -----

Em resposta, a Sra. Presidente informou que ainda não foi recebida a notificação de aprovação pela Autoridade de Gestão, mas a informação técnica é favorável. -----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 06 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Sporting Clube de Tomar -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização de espaços do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, nos dias 13, 14 e 15 de abril, para realização do Estágio Internacional de Patinagem Artística, promovido pelo Sporting Clube de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 153/2022 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações



municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das instalações desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 07 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que isentou a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído para realização de noite de fados, nos termos e fundamentos da informação n.º 1010/DAJA/2022.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 708/PR/2022, de 4 de março, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 08 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão da licença de especial de ruído para realização do tomar.a.música, primeiro Festival de Música de Câmara, que a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais promove nos dias 12, 19 e 26 de março, nos termos e fundamentos da informação n.º 1159/DAJA/2022.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 09 – LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – isenção de taxas -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão da licença para realização de procissão, designada Solenidade de São José, promovida pelas Paróquias de Tomar - São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, no dia 19 de março, nos termos e fundamentos da informação n.º 1091/DAJA/2022.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



N.º 10 – CEDÊNCIA DO ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR DE LINHACEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE ASSEICEIRA -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a apreciação do Executivo Municipal a informação n.º 1271/DAJA/2022 relativa a formalidades necessárias à realização da escritura do edifício da antiga EBM de Linhaceira, e respetivo logradouro, ao Centro Social e Paroquial de Asseiceira, para prossecução dos serviços sociais que presta à comunidade, em cumprimento da deliberação tomada a 24 de janeiro.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou autorizar a cedência do prédio registado na matriz predial urbana sob o n.º 3156 da Freguesia de Asseiceira, descrito na CRP sob o n.º 3506/20080521, a título gratuito. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que com os documentos agora juntos ao processo foram sanadas as questões que colocaram na votação da proposta presente à reunião de vinte e quatro de janeiro. -----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 11 - CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL -----

Foi presente, para conhecimento, informação relativa à reunião do Conselho Local de Ação Social realizada no dia 16 de fevereiro. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 12 – PROTOCOLO DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 564/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo a celebrar com o CIRE - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar, no âmbito do Rendimento Social de Inserção. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos. -----

A Sra. Vereadora Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que é positivo que se tenha mantido a execução destas competências no âmbito do CIRE, tendo em conta o respetivo quadro do pessoal e a preparação e experiência dos profissionais ligados à



implementação e acompanhamento do Rendimento Social de Inserção, e também das áreas complementares do Plano de Desenvolvimento Social. Alertou para alguns erros ortográficos que o documento contém e para o facto de, nos termos dos respetivos estatutos, serem necessárias duas assinaturas para obrigar o CIRE. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que a minuta do protocolo foi enviada à Direção do CIRE para recolha de contributos. Deu nota que, ao abrigo da descentralização de competências, o município tem condições para assumir desde logo o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, que estava protocolado com a Santa Casa da Misericórdia, o que não acontece com esta resposta que, para já, foi entendido manter no CIRE, que presta um bom serviço nesse âmbito. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou se o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social vai manter as deslocações às freguesias e com que calendário. Manifestou preocupação face à situação decorrente da eventual não prorrogação do protocolo e à possibilidade de terem que ser dispensados trabalhadores que analisam estas matérias, com custos inoportáveis para a instituição. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes disse que está a haver formação e ainda não está definido como se vai realizar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, mas, à partida, há intenção de manter a deslocação às freguesias. Referiu que a situação que se poderá colocar ao CIRE se colocou agora à Santa Casa da Misericórdia, mas é uma responsabilidade inerente a qualquer entidade patronal, que terá que ser avaliada quando o Município tiver que assumir as competências na totalidade, porque é o que fará sentido, a curto, médio ou longo prazo.-----

N.º 13 – REQUALIFICAÇÃO E ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o compromisso colaborativo para instrução e valorização da candidatura da Associação de Cultura, Desporto e de Solidariedade Social de Paço da Comenda ao investimento RE-C03-i01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência, nos termos e fundamentos da informação n.º 448/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o referido compromisso colaborativo, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 14 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a apreciação do Executivo Municipal a obtenção de autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais, para aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares, nos anos letivos 2022/2023 e 2023/2024, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Refeições Escolares, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no valor total estimado de 768.372,70€ (setecentos e sessenta e oito mil, trezentos e setenta e dois euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA, nos termos e fundamentos da informação n.º 558/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais nos termos propostos, ao abrigo do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – SUBSÍDIOS EXTRAORDINÁRIOS – ANO LETIVO 2021/2022 - 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição, no ano letivo 2021/2022, de subsídio de refeição, Escalão A, aos alunos matriculados no 1.º ciclo do ensino básico, refugiados da Ucrânia, até ao número de 10, de acordo com o n.º 7 do artigo 9.º do regulamento interno para a ação social escolar, bem como a atribuição de subsídio de refeição e ATL às crianças que se venham a matricular nos jardins de infância do concelho, até ao limite de 10, provenientes de famílias refugiadas ucranianas, de acordo com o n.º 4 do artigo 19.º do referido regulamento, no valor total de 3.975,60€ (três mil, novecentos e setenta e cinco euros e sessenta cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 585/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir no ano letivo 2021/2022 os apoios constantes da informação n.º 585/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente e do mapa anexo, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



N.º 16 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NO ANO LETIVO 2021/2022-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 588/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, no seguimento da deliberação tomada a 21 de fevereiro, o relatório final da Comissão de Análise das candidaturas para atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior para o ano letivo 2021/2022, no valor total de 35.350,00€ (trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta euros), pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o relatório, ao abrigo da alínea c) do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 17 – ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ACESSO À HABITAÇÃO DE TOMAR – início de procedimento-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal o início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Acesso à Habitação de Tomar, com a integração das Secções I - Arrendamento Apoiado (alteração do regulamento municipal de Habitação Social existente), II - Arrendamento Acessível e III - Subsídio ao Arrendamento, nos termos e fundamentos da informação n.º 570/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Acesso à Habitação de Tomar, com a integração das Secções I - Arrendamento Apoiado (alteração do regulamento municipal de Habitação Social existente), II - Arrendamento Acessível e III - Subsídio ao Arrendamento, nos termos das disposições do Código do Procedimento Administrativo.-----

Mais deliberou delegar a direção do procedimento na técnica superior Sandra Santos, nos termos do n.º 2 do artigo 55.º do referido Código.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes discordou da proposta técnica no que se refere à consulta pública tendo em conta que não é apresentado qualquer projeto de normas.-----



A Sra. Presidente referiu que o que está em causa é o início do procedimento que, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, tem que ser publicitado, e só depois é construída a proposta de regulamento, tendo em conta os eventuais contributos que forem recolhidos, em articulação com os membros deste órgão e, eventualmente, da Assembleia Municipal; depois de construído, esse projeto terá que vir a este órgão para aprovação e submissão a discussão pública, e, decorrida essa fase, para análise e aprovação das eventuais alterações dela decorrentes, e submissão da proposta final a aprovação do órgão deliberativo.

N.º 18 – PREÇO DO BILHETE DE INGRESSO NO ESPETÁCULO "MAIS ALTO!" -----
Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço do bilhete de ingresso no espetáculo "Mais Alto!", a realizar no dia 27 de abril, pelas 21h30, no Cineteatro Paraíso, no âmbito das comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974, nos termos e fundamentos da informação n.º 571/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou fixar em 5,00€ (cinco euros) o preço do bilhete de ingresso na sessão destinada ao público em geral. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 19 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Maria de Fátima Alves dos Santos -----
Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 14.375,00 m2 a destacar do prédio misto sito em Casal dos Albardões, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1578/19420113, requerida por Maria de Fátima Alves dos Santos, Cabeça de Casal da Herança de Maria de Jesus Alves, nos termos e fundamentos da informação n.º 4818/2022 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 20 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – estacionamento -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal o estudo de estacionamento apresentado pelo Centro Social Paroquial de Asseiceira, no âmbito do processo de licenciamento de obras de ampliação de estrutura residencial para



idosos, sita na rua Conde Nova Goa, n.º 21, em Linhaceira, Freguesia de Asseiceira, nos termos e fundamentos da informação n.º 2773/2022 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar o estudo fundamentado de estacionamento ao abrigo do artigo 23.º do regulamento municipal de urbanização e edificação e de taxas urbanísticas do Município de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que estão a aprovar o estudo de estacionamento no âmbito do licenciamento de obras num imóvel cuja cedência ainda não foi objeto de escritura. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que a escritura vai ser realizada e nada impede que a entidade desenvolva o projeto, que demora muito tempo.-----

N.º 21 – EMISSÃO DE CERTIDÃO – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão da certidão requerida pelo Centro de Integração e Reabilitação de Tomar no âmbito do processo 151/DIVER/DGT/2022, nos termos e fundamentos da informação n.º 4266/2022 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas ao abrigo da alínea a) do n.º 7 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

A Sra. Vereadora Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 22 – EMISSÃO DE CERTIDÃO – isenção de taxas-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão da certidão requerida pelo Centro de Integração e Reabilitação de Tomar no âmbito do processo 152/DIVER/DGT/2022, nos termos e fundamentos da informação n.º 4267/2022 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas ao abrigo da alínea a) do n.º 7 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

A Sra. Vereadora Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala. -----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 23 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO SEGUNDO ANDAR ESQUERDO DO PRÉDIO SITO NA RUA DA NABÂNCIA, N.º 9 – Maria Lucília Simões Luís Machado-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 3934/2022 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de não exercício de direito de preferência na venda da fração correspondente ao segundo andar esquerdo do prédio sito na rua da Nabância, n.º 9, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, que Maria Lucília Simões Luís Machado pretende fazer a Ana Marques e Daniel Fernandes, pelo valor de 37.000,00,00€ (trinta e sete mil euros).

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição da referida fração pelo valor apresentado. -----

A Sra. Vereadora Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que não faz sentido a proposta de deliberação constante da ordem do dia “sabendo existir já um acordo de venda, não exercer o direito de preferência na aquisição da fração para não prejudicar os negócios privados, conquanto a escritura aconteça pelo valor apresentado”, cuja redação a Sra. Presidente acabou por adequar, porque com essa justificação, nunca exerceriam o direito de preferência, nomeadamente em relação ao edifício onde funcionaram os SMAS. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que o princípio que tem seguido em relação às frações para uso habitacional não se aplica ao edifício dos SMAS, utilizado há muitos anos pelos serviços, que ali realizaram obras. -----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA: -----

N.º 24 – DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 242/2022 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de caixas de fósforos que Ana Maria Pereira Leite pretende doar ao Museu dos Fósforos - Coleção visitável, cujo valor se desconhece. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais,



aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Sra. Vereadora Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 25 – DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 241/2022 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de caixas de fósforos que Augusto Salgado pretende doar ao Museu dos Fósforos - Coleção visitável, cujo valor se desconhece. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Sra. Vereadora Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 26 – APOIO AO EVENTO WELLNESS WEEKEND - TEMPO DE RENOVAR -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 119/2022 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte (ADIRN), no valor de 4.000,00€ (quatro mil euros), para realização do evento Wellness Weekend - Tempo de Renovar, que promove em parceria com o município.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir ao evento o apoio financeiro proposto, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

A Sra. Vereadora Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 27 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SABACHEIRA – António da Silva Henriques-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer favorável ao processo PR.005483.2022, relativo a ações de rearborização



com eucalipto-comum, numa área de 0,19 hectares, em Poços, Freguesia de Sabacheira, a desenvolver por António da Silva Henriques, nos termos e fundamentos da informação n.º 300/2022 da Divisão de Proteção Civil. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou emitir parecer favorável, ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua atual redação. -----

A Sra. Vereadora Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 28 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SABACHEIRA – António da Silva Henriques-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer favorável ao processo PR.005484.2022, relativo a ações de rearboração com eucalipto-comum, numa área de 0,10 hectares, em Amieira Grande, Freguesia de Sabacheira, a desenvolver por António da Silva Henriques, nos termos e fundamentos da informação n.º 298/2022 da Divisão de Proteção Civil. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou emitir parecer favorável, ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua atual redação. -----

A Sra. Vereadora Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 29 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SABACHEIRA – António da Silva Henriques-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer favorável ao processo PR.005482.2022, relativo a ações de rearboração com eucalipto-comum, numa área de 0,53 hectares, em Vale Castanheiro, Freguesia de Sabacheira, a desenvolver por António da Silva Henriques, nos termos e fundamentos da informação n.º 299/2022 da Divisão de Proteção Civil. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou emitir parecer favorável, ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua atual redação. -----

A Sra. Vereadora Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado não tomou parte nesta deliberação



por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 30 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DO CRACHÁ DE OURO DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal propostas do Comandante do Corpo de Bombeiros para concessão do Crachá de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses, ao Adjunto de Comando Vítor Manuel Pereira Bastos, ao Sapador Bombeiro José António da Silva Homem, e aos Subchefes Carlos Alberto Godinho Matias e João Oliveira Mendes, nos termos do Regulamento de Distinções Honoríficas da Liga dos Bombeiros Portugueses, a entregar na sessão solene das comemorações do centésimo aniversário dos Bombeiros do Município de Tomar, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por escrutínio secreto, aprovar as referidas propostas. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 31 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE SERVIÇOS DISTINTOS DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES, GRAU PRATA -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta do Comandante do Corpo de Bombeiros para concessão da Medalha de Serviços Distintos da Liga dos Bombeiros Portugueses, Grau Prata, ao 2.º Comandante Vítor Manuel Tendeiro Tarana, nos termos do Regulamento de Distinções Honoríficas da Liga dos Bombeiros Portugueses, a entregar na sessão solene das comemorações do centésimo aniversário dos Bombeiros do Município de Tomar, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por escrutínio secreto, aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 32 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE DEDICAÇÃO E ALTRUÍSMO DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta do Comandante do Corpo de Bombeiros para concessão da Medalha de Dedicção e Altruísmo da Liga dos Bombeiros Portugueses, aos Adjuntos de Comando Vítor Manuel Pereira Bastos e Paulo Alexandre Pereira de Freitas, ao Subchefe de 1.ª classe Paulo Jorge Antunes da Silva, ao Subchefe de 2.ª classe Ernâni Paulo Queirós Batista, e aos Subchefes Carlos Alberto Godinho Matias e João Oliveira Mendes, nos termos do Regulamento de Distinções Honoríficas



da Liga dos Bombeiros Portugueses, a entregar na sessão solene das comemorações do centésimo aniversário dos Bombeiros do Município de Tomar, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por escrutínio secreto, aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 33 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA QUADRO DE HONRA DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta do Comandante do Corpo de Bombeiros para concessão da Medalha Quadro de Honra da Liga dos Bombeiros Portugueses, ao Chefe Vítor Manuel Jesus Ferreira, ao Subchefe Vítor Manuel Correia Domingos, aos Bombeiros de 1.ª José Luís Alves da Silva e Manuel Oliveira Mendes, e aos Bombeiros de 3.ª Paulo Manuel Pereira Conceição Carlos e Paulo Henrique da Silva, nos termos do Regulamento de Distinções Honoríficas da Liga dos Bombeiros Portugueses, a entregar na sessão solene das comemorações do centésimo aniversário dos Bombeiros do Município de Tomar, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por escrutínio secreto, aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 34 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE ASSIDUIDADE DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES, GRAU OURO, 1 E 2 ESTRELAS -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta do Comandante do Corpo de Bombeiros para concessão da Medalha de Assiduidade da Liga dos Bombeiros Portugueses, grau ouro, duas estrelas, ao Subchefe de 2ª classe Nuno Miguel Freitas Oliveira e ao Bombeiro de 3.ª Rui Renato Vítor dos Santos, e grau ouro, uma estrela, aos Sapadores Bombeiros Vanessa Isabel Nascimento Almeida e Luís Filipe Lopes Marques, e ao Bombeiro de 3.ª Susana Filipa Godinho dos Santos, nos termos do Regulamento de Distinções Honoríficas da Liga dos Bombeiros Portugueses, a entregar na sessão solene das comemorações do centésimo aniversário dos Bombeiros do Município de Tomar, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por escrutínio secreto, aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



Terminados os trabalhos, sendo onze horas e vinte e três minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Avelina Maria Lopes Leal

Avelina Maria Lopes Leal
